ANEXO

Tradução do texto inglês[17]
(com nossos agradecimentos ao tradutor)

---

[17] http://www.benedictines.org.uk/theology/2006/reid.pdf

- NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA LITÚRGICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS E MONÁSTICAS

NOVAS CONSIDERAÇÕES SOBRE A REFORMA LITÚRGICA: CONSIDERAÇÕES GERAIS E MONÁSTICAS

Comissão litúrgica da congregação beneditina inglesa

Simpósio sobre “O Renovo Litúrgico: Uma reforma da reforma?”

Abadia de Downside, Bath, 19 de abril de 2006

Dr. *Alcuin Reid*

O Dr. Alcuin Reid obteve em 2002 um grau acadêmico no King's College da Universidade de Londres por uma tese sobre a reforma litúrgica no século XX. Ele tem dado conferências internacionais sobre temas litúrgicos e publicado numerosas obras sobre a Liturgia sagrada, incluindo *Nova consideração sobre a questão litúrgica com o Cardeal Ratzinger* (2003) e o *Diurnal Monástico* (2004).

A segunda edição de seu livro *O desenvolvimento orgânico da Liturgia* (Ignatius, 2005) foi publicada com uma prefácio do Cardeal Joseph Ratzinger.

Introdução

É uma honra inesperada abordar este simpósio litúrgico da Congregação beneditina inglesa, e mais ainda neste dia feliz, primeiro aniversário da eleição de nosso Santo Pai, o Papa Bento XVI. Este aniversário reviverá a memória do dia em que o que parecia impossível (dada toda a gama de opiniões político-eclesiais) aconteceu quando o Cardeal Joseph Ratzinger se tornou o 264º sucessor de São Pedro. Minha alegria pessoal naquele dia não foi apenas alimentada pela benevolência que o Cardeal Ratzinger mostrou em relação ao meu trabalho, mas muito mais importante, o fato de que, como cardeal, ele demonstrou estar ciente da importância do que podemos chamar hoje de "a questão da Liturgia" e tão bem, embora ele não fosse ele mesmo "especialista em liturgia", que ele se envolveu seriamente no debate sobre essa liturgia nas duas últimas décadas.

A eleição do Papa Bento XVI colocou a questão da liturgia no centro dos interesses da Igreja, e isso é apenas justo, porque como o Cardeal Ratzinger escreveu em 1997, "A verdadeira celebração da liturgia sagrada é, apesar de tudo, o centro do renovo da Igreja."

Ao lançar um novo olhar sobre a reforma litúrgica que se seguiu ao Concílio Vaticano II e ao considerar um pouco do que se entende por "a reforma da reforma", faríamos bem em lembrar primeiro algumas das considerações litúrgicas do Santo Pai. Tentar colocar-nos em seu lugar nos ajudará a ver melhor as implicações do renovo litúrgico e da reforma hoje e no futuro, tanto em um contexto geral quanto mais especificamente monástico.

O Papa Bento XVI e a Liturgia

É significativo que Joseph Ratzinger tenha sido, desde sua infância, cativado e nutrido pelo espírito do Movimento Litúrgico do século XX. Em um trecho de suas memórias que revela o quanto o futuro Santo Padre estava profundamente ligado à liturgia e à teologia, o Cardeal Ratzinger recorda que, enquanto crescia, descobria a riqueza da Liturgia sagrada através dos missais bilíngues:

Cada passo adiante na Liturgia era para mim um grande evento. Cada novo livro que me era dado era algo precioso, e eu não podia sonhar com algo mais belo. Era uma aventura empolgante progredir por graus no mundo misterioso da Liturgia que havia sido instituída antes de nós e para nós, ali, sobre o altar. Ficava cada vez mais claro para mim que eu enfrentava uma realidade que ninguém havia simplesmente imaginado, uma realidade que nenhuma autoridade oficial ou personalidade importante havia gerado. Esse conjunto misterioso de textos e ações se desenvolveu século após século graças à fé da Igreja. Ele carregava em si o peso da história, e, ao mesmo tempo, era muito mais do que o produto da história humana. Cada século deixou sua marca sobre ele... mas não havia nada realmente lógico nisso. As coisas tornavam-se complicadas às vezes, e nem sempre era fácil encontrar seu próprio caminho. Mas era precisamente essa maravilha que a edificação possuía, como se nos pertencesse. Claro, a criança que eu era não compreendia todos os aspectos de tudo isso, mas comecei a trilhar o caminho da Liturgia, e isso só cresceu e se transformou em uma realidade que ia além dos indivíduos e das gerações, uma realidade que se tornou para mim uma oportunidade a mais para descobrir e me maravilhar. A realidade inesgotável da Liturgia católica me acompanhou em todos os momentos da vida, e é por isso que nunca deixarei de falar sobre ela.

Joseph Ratzinger se descreve como o “discípulo do Movimento Litúrgico” na véspera do Vaticano II. De fato, como o Cardeal Frings, *peritus* conciliar, ele tinha um profundo entusiasmo “teológico” pela reforma proposta pelo Concílio:

“Como eu acabara de entender que o Novo Testamento era a alma de toda a teologia, assim também comecei a ver na Liturgia seu elemento vivo. É por isso que, no início do Concílio, percebi que o esboço da Constituição sobre a Liturgia, que incluía todos os princípios essenciais do Movimento Litúrgico, era um maravilhoso ponto de partida para essa assembleia de toda a Igreja, e informei o cardeal Frings.”

A citação continua: “Eu não poderia prever que os aspectos negativos do Movimento Litúrgico reapareceriam mais tarde com uma ardência redobrada, ao ponto de levar a Liturgia à sua própria autodestruição.”

O entusiasmo de Ratzinger pela discussão no Concílio sobre a reforma litúrgica e sua apreciação das implicações eclesiológicas foram expressos em um discurso que ele proferiu em Bonn em janeiro de 1963. Este discurso merece um estudo aprofundado, mas é suficiente lembrar aqui sua alegria diante da votação esmagadora dos Padres Conciliares em novembro de 1962 (2162 a favor contra 46) para a adoção do capítulo 1 do esquema sobre a Liturgia:

“Foi uma decisão que prometia um futuro promissor e era ao mesmo tempo um sinal muito encorajador de que a força do movimento pelo renovo era ainda maior do que qualquer um ousava esperar.”

No entanto, Joseph Ratzinger foi um dos primeiros que poderíamos chamar de realistas do pós-Vaticano II. Ele conhecia o Concílio muito bem para rejeitá-lo, mas precisamente por essa razão, ficou profundamente perturbado com tudo o que frequentemente era feito em nome deste mesmo Concílio, especialmente no campo da Liturgia Sagrada. Desde 1966, no dia católico de Bamberg, ele lamentava que a reforma litúrgica começou a sofrer a contaminação do “arcaísmo”:

“... que tem como objetivo a restauração da liturgia Romana em sua forma clássica antes de ser invadida pela enxurrada de termos medievais e carolíngios. Essa visão corresponderia ao critério do renovo litúrgico e não à questão: Como deveria ser, mas sim: como era naqueles tempos? Ao que podemos responder apenas que, se saber como as coisas eram naquela época é de um valor inestimável para nos ajudar a enfrentar os problemas do nosso tempo, não pode ser simplesmente a norma que permite mensurar a reforma. É muito importante e salutar, por exemplo, saber como as coisas eram vistas sob Gregório Magno, mas isso não justifica que sejam feitas da mesma maneira nos dias de hoje. Esse arcaísmo frequentemente nos impediu de ver as boas coisas que se desenvolveram desde então e fez com que nos prendêssemos erroneamente a uma época que, por outro lado, era esplêndida e digna do maior respeito, mas essa predileção não pode ser, mais do que qualquer outra época, o objeto de um dogma absoluto.”

No mesmo discurso, ele advertia que “o simples arcaísmo não ajuda mais as coisas do que a modernização”.

Sua crítica nuançada à reforma litúrgica continuou. Em 1975, ele escrevia:

“Devemos ser muito mais resolutos do que no passado em nos opor a um relativismo racional que confunde verbiagem e infantilismo pastoral. Essas coisas rebaixam a Liturgia ao nível de uma reunião paroquial em torno de uma xícara de chá e do que pode ser compreendido por uma imprensa popular. Tendo isso em mente, também teremos que examinar as reformas já realizadas...”

Dez anos depois, ele comentava: “*Desde que escrevi essas linhas, outros aspectos que deveriam ter sido preservados foram negligenciados; muitos tesouros que ainda estavam intactos foram dilapidados.*” E há menos de dois anos, ele escrevia:

O que o Movimento Litúrgico tentava fazer... era nos ensinar a compreender a Liturgia como uma rede viva de tradições que se concretizou, que não podia ser reduzida a pedaços, mas que devíamos, ao contrário, ver e experimentar como um todo vivo. Alguém que, como eu, foi movido por essa percepção na época do Movimento Litúrgico à véspera do Concílio Vaticano II, não pode apenas assistir, profundamente entristecido, à ruína de todas essas coisas das quais se falava.

"*Ruína*" é uma palavra muito forte. Mas ela prova precisamente a convicção profunda e constantemente expressa do Santo Pai de que a reforma litúrgica seguiu um caminho errado em sua implementação, tanto oficial quanto local.

Por causa dessa convicção, ele pediu nada menos do que um novo Movimento Litúrgico, “um movimento para a liturgia, para celebrá-la da maneira correta, interior e exteriormente.” Este não é o lugar para discutir em detalhe tal demanda, no entanto, é importante notar três elementos significativos que o Santo Pai gostaria de incluir em um tal renovo. Em primeiro lugar, ele insistirá na celebração exata dos ritos litúrgicos modernos, de acordo com as prescrições dos livros litúrgicos: ele foi, claro, uma das forças diretrizes responsáveis pela Instrução *Redemptionis sacramentum* de março de 2004. Em segundo lugar, ele quer ver o uso livre dos ritos litúrgicos pré-conciliares. Finalmente, ele encorajou a perspectiva de uma reforma da reforma litúrgica, por meio da qual os livros litúrgicos modernos seriam revisados para retomar parte do que haviam abandonado anteriormente.

Razão para reconsiderar a Reforma Litúrgica.

O cálculo do Cardeal Ratzinger está correto? Por que se fala em uma reforma da reforma?

O editorial *Ampleforth Journal* de setembro de 1970, refletindo sobre os vários eventos importantes que testemunharam a vida da Igreja nas décadas de 60, observava a respeito da reforma litúrgica que *“o que havia demandado séculos de conservação foi, em uma década, disperso e substituído... A maioria dos mosteiros possui suas próprias anedotas, talvez arrependimentos – e pior ainda, para alguns – daqueles dias turbulentos da revolução litúrgica, quando as práticas aparentemente imutáveis que formaram e nutriram gerações de religiosos desapareceram rapidamente uma após a outra. O infame livro “O Irmão Coleridge” mostrou em seus desenhos a angústia que esse tumulto causou; mas, de forma mais apropriada, em seu desenho satírico de 1972, ele mostra o monge sacerdote abandonando com dor seu manipulo, gemendo, “Eu me pergunto onde ele vai parar?”* Na primavera de 1972, no *Ampleforth Journal*, Dom Patrick Barry perguntava retoricamente: *“Quem teria pensado há dez anos que você teria que escolher sua igreja na manhã*

de domingo se quisesse manter sua tranquilidade de espírito pelo resto do dia?"

Sim, nada foi fácil. E não há dúvida de que, nos anos que se seguiram, *"a experiência [da reforma litúrgica] foi mitigada."* Mas o que não funcionava? Era puramente a rapidez da mudança? Certamente, esse foi um dos fatores. Mas havia outros. O *Ampleforth Journal* do outono de 1967 contém um editorial intitulado *"Sobre a mudança."* Ele observa:

Há uma verdadeira distinção entre esta mudança que implica dissolução, aquela que implica revolução e aquela que implica evolução: todas as três podem ser boas, mas a última tende a ser boa com mais regularidade do que as duas primeiras, porque provoca a modificação orgânica ("a melhoria") do que se provou ser intrinsecamente viável, e não a abolição do que se provou ser falho.

"Toda mudança não traz o melhor...," continua o editorial, *"Toda mudança não é boa..." "O valor da mudança,"* ele especifica, *"deve ser considerado em relação ao trabalho de corrosão realizado contra a aceitação e a submissão que dela decorrem: deve ser sério o suficiente para não ser realizado levianamente e excepcional o suficiente para não destruir a tradição e o poder benéfico das práticas — um poder essencialmente bom (para Santo Tomás de Aquino, uma das melhores evidências de perfeição).*"

Um exame detalhado e documentado da extensão das mudanças feitas ao Missal Romano após o Concílio foi publicado pelo *Ampleforth Journal* no verão de 1971. Ele busca demonstrar que o Missal promulgado pelo Papa Paulo VI operou uma *"revolução litúrgica de proporções sem precedentes."* O estudo mostra que *"hoje estamos desconectados de nosso passado litúrgico, não apenas do rito romano pós-Tridentino e daquele da época de São Gregório, mas também de nossas próprias práticas inglesas...* Ele precisa esclarecer que *"a mais recente revisão do Missal pode apenas destruir a consciência da continuidade histórica da Igreja orante, um auxílio tão útil para a fé nesta época de crescente incredulidade. Também estamos desconectados de toda literatura espiritual relacionada à liturgia...* Quanto à música litúrgica, o mesmo estudo observa que: *"Estamos manifestamente colocados em uma situação anormal quando a imensa produção de música litúrgica não se encaixa mais na Liturgia para a qual foi composta."* O autor declara francamente: *"Parece impossível harmonizar o número incontável de mudanças no novo Missale Romanum com a diretriz conciliar [Sacrosanctum Concilium art. 23] contra qualquer inovação "a menos que o bem da Igreja exija verdadeiramente."* Ele conclui:

Parece razoável... ao acolher com reservas os novos livros litúrgicos, examinar seu conteúdo com a maior atenção, de modo que, à medida que nossa vida litúrgica continue a se desenvolver, quaisquer defeitos que se tornem aparentes...

Esse conteúdo possa ser corrigido para o maior bem da Igreja quando chegar a hora de uma revisão.

Pode-se dizer que este apelo à crítica da reforma litúrgica é um dos primeiros em relação à "reforma da reforma." Voltaremos a isso. O que é mais importante, historicamente falando, é a afirmação da diferença entre a reforma demandada pelo concílio e o missal proclamado pelo Papa Paulo VI. Lembremos o artigo 23 de *Sacrosanctum Concilium*:

Esta sólida tradição deve ser mantida, e embora toda via esteja aberta a um progresso legítimo, um exame cuidadoso deve sempre ser feito de cada uma das partes da liturgia que deve ser revisada... As leis gerais referentes à estrutura e ao sentido da liturgia devem ser estudadas à luz da experiência proveniente das recentes reformas litúrgicas e dos indultos concedidos em diversos lugares. Finalmente, nenhuma inovação deve ser trazida a menos que o bem da Igreja exija expressamente; e toda precaução deve ser tomada para garantir que toda nova forma adotada beneficie de alguma forma das formas já existentes.

Uma exegese completa desse parágrafo crucial de *Sacrosanctum Concilium* não é de nossa competência. No entanto, é preciso observar que antes e durante o Concílio esse texto não suscitou controvérsia. De fato, a única correção sugerida por um dos Padres Conciliares foi adicionar as palavras *"et certa"* (e certamente). Assim, fez parte do texto do capítulo primeiro votado e aprovado em dezembro de 1962. É importante notar que o capítulo primeiro estipulava os princípios orientadores da reforma litúrgica e que o restante de *Sacrosanctum Concilium* deveria ser lido à luz desses mesmos princípios.

Um comentário autorizado publicado em 1964 confirma o aspecto conservador deste artigo:

As reformas deveriam coincidir com as leis tradicionais de estrutura e de sentido da liturgia. Elas deveriam decorrer organicamente das formas ou ritos já existentes, sob pena de serem tão diferentes das formas atuais que fossem consideradas novas criações...

As inovações deveriam ser realmente úteis para a Igreja, para que, por simples gosto da novidade, os ritos sagrados, venerados e realizados durante séculos por nossos predecessores, não fossem abandonados sem necessidade ou que a Liturgia Sagrada fosse tratada apenas como um terreno de experimentação.

A interpretação de *Sacrosanctum Concilium* também deveria ser guiada por uma "hermenêutica de continuidade" em oposição a uma "hermenêutica de descontinuidade e ruptura" como foi iluminada pelo Papa Bento em seu discurso à Cúria Romana em 22 de dezembro de 2005. Em outras palavras, o Concílio não tinha a intenção de se afastar da tradição litúrgica existente, mas buscava desenvolvê-la organicamente.

Podemos então dizer que o princípio fundamental da reforma litúrgica e o do desenvolvimento orgânico foram respeitados após o Concílio, tanto no que foi oficialmente proclamado quanto a nível local? A nível local, qualquer um que tenha um mínimo de memória deve honestamente responder "*nem sempre*" ou mesmo "*não frequentemente*." Caso contrário, por que o Papa reinante lamentava em 2003 que "*sombras sombrias de uma doutrina e de sua aplicação inaceitável*" haviam eclipsado a reforma litúrgica iniciada pelo Concílio Vaticano II?

No entanto, a reforma oficial amplia ainda mais o debate. Pois se os princípios de reforma do Concílio não foram fielmente respeitados pelo *Consilium* criado para implementá-los, ou mesmo pelos livros litúrgicos que foram difundidos posteriormente, não precisamos apenas corrigir os abusos dos ritos modernos, mas também reconsiderar a reforma que obedece a esses ritos. Em 1978, a Senhora Félicitas Corrigan observava:

O novo Missal não é tão satisfatório. Ele está cercado por um anel artificial, como se os eruditos tivessem primeiro traçado no abstrato, depois recortado com tesoura e colado em um salão romano para produzir um organismo vivo. Mas organismos vivos já seguiram um modelo puramente científico?

Mais recentemente, em 2001, Dom Oswald McBride escrevia:

Se as mudanças e desenvolvimentos até o concílio de Trento podem ser considerados orgânicos... então o Vaticano II é diferente. A abordagem adotada

(pelos Padres Concilares) foi radical e bastante corajosa para reconsiderar tudo.

o que havia sido varrido da história litúrgica tal como havia sido interpretado, e então construir um novo rito a partir do mesmo esboço que o anterior, um rito que refletisse o conteúdo sacramental do antigo, mas que desse uma visão mais direta da santidade para os povos do século XX. É por isso que o Vaticano II representa tanto uma ruptura quanto uma revisão (ou melhor, talvez uma "recognitio", uma reavaliação) da celebração tradicional da Eucaristia.

Diversos autores afirmaram que a reforma pós-conciliar não é um desenvolvimento orgânico, como alegava o Concílio, e foram mais longe na análise do problema. Eu recorri a dois respeitáveis beneditinos ingleses para mostrar que tanto aqueles que acolheram favoravelmente a reforma quanto aqueles preparados para criticá-la concordavam sobre esse ponto capital.

E é precisamente aqui que encontramos a justificativa dessa vontade bastante ousada de reconsiderar a reforma litúrgica. Vemos que a preocupação do Cardeal Ratzinger e de outros Cardeais não era ditada por uma certa nostalgia, mas por um profundo amor pela Igreja, pelo conhecimento da Liturgia Sagrada e, claro, pelo Concílio Vaticano II.

Nas comunidades monásticas, a virtude da obediência é particularmente estimada: "non trepide, non tarde, non tepide", como ensina a Regra de São Bento. De fato, até as últimas décadas, a estrita obediência à autoridade eclesiástica era o caráter distintivo da vida católica. Muitos monges e monjas, e naturalmente o clero secular e os fiéis, aceitaram a reforma litúrgica que se seguiu ao Concílio com um espírito de obediência, apesar das dúvidas e suas preocupações. Embora seja mais do que provável que tal obediência tão corajosa, pronta e ardente tenha sido motivada por essa virtude cristã, também é verdade que a força do hábito nos tornava surdos, como o clamor de Deus a Abraão quando ele estava prestes a sacrificar seu filho amado:

"Afaste a mão deste menino e poupe-o" (Gênesis 22-12)

Assim, mesmo que isso seja verdade, ao reconsiderar a reforma litúrgica, eu defendo que devemos ser mais prudentes, pois praticar a obediência em casos graves muitas vezes implica uma profunda angústia sobre se aqueles que exigiam tal submissão tinham o direito de fazê-lo e se aqueles que se opuseram o fizeram de boa-fé; em ambos os casos, era preciso respeitar sua lealdade.

Considerações gerais para o Renovo litúrgico e a Reforma

Ao considerar alguns elementos gerais do próximo renovo e da reforma, utilizarei três áreas de atividade possíveis do Cardeal Ratzinger: a celebração correta dos ritos habituais, o uso livre dos ritos pré-conciliares e o desejo de reforma dos ritos pós-conciliares.

O primeiro domínio e o mais imediato é a celebração correta dos ritos habituais. A Santa Sé destacou recentemente essa questão com as encíclicas de João Paulo II *Ecclesia de Eucharistia* (2003), *Redemptionis sacramentum* (2004) e o sínodo dos bispos de 2005 sobre "A Eucaristia: Fonte e Cume da vida e da missão da Igreja." Não há dúvida de que, após a exortação apostólica que seguiu este sínodo, o Papa Bento XVI continuará a pedir que os ritos litúrgicos promulgados pelo Papa Paulo VI sejam celebrados com mais dignidade – ou, se preferir, em um espírito mais clássico –

em estreita conformidade com as prescrições dos livros litúrgicos. Essa é certamente a linha de conduta mais rígida mantida pelo Prefeito da Congregação para o Culto Divino, como demonstrou em seu discurso na catedral de Westminster em 1º de abril de 2006.

Alguns verão nessa política a anulação da "criatividade" litúrgica que se supunha ser parte do legítimo legado do Concílio no campo da reforma litúrgica. Mas, na verdade, além das escolhas –– um tanto permissivas aqui e ali –– a Liturgia Romana nunca foi um "kit" para uso de planejadores e comitês litúrgicos, sem contar o número incalculável de liturgistas que proliferaram nas últimas décadas. As Rubricas eclesiásticas ainda existem e devem ser respeitadas, pois são as guardiãs dos mistérios mais sagrados da Igreja que celebramos na Liturgia Sagrada e protegem cada um de nós das crises e das fraquezas de nosso clero e dos planejadores litúrgicos, cujas iniciativas não devem ofuscar o culto daquele a quem adoramos.

"O fortalecimento", de certa forma, da influência predominante dessas Rubricas na Liturgia moderna afirma-se estar em conformidade com a tradição da Liturgia. Isso faz parte do desejo de reconsiderar o Concílio nesse espírito de "hermenêutica de continuidade" do qual falou o Santo Padre. O novo Secretário, ainda pouco conhecido, da Congregação para o Culto Divino – a segunda nomeação, e não menos importante, na Cúria pelo Santo Padre – o arcebispo cingalês Malcolm Ranjith, publicou um artigo em 2004 (que aparentemente lhe rendeu a tarefa de colaborar na obra a ser empreendida) no qual defende essa nova abordagem tradicional dos ritos modernos. Recomendo a leitura de seu estudo.

Neste artigo, o arcebispo Ranjith menciona a necessidade de uma formação litúrgica. Afirmo que esse é um dos elementos cruciais para qualquer futuro renovo litúrgico, pois, sem formação no espírito tradicional da Liturgia Sagrada, nosso clero e nossos fiéis têm pouca ou nenhuma chance de participar dos ritos conforme a Igreja os compreende. Como escreveu Dom Oswald McBride: *"Se não prestarmos atenção a essa necessidade, simplesmente condenaremos toda reforma da 'reforma' às mesmas imperfeições, como se observa na liturgia atual."*

Os ordens monásticas possuem uma melhor formação litúrgica do que a maioria, e é por isso que a liturgia moderna, tal como é celebrada nos mosteiros e nas paróquias atendidas por comunidades monásticas, frequentemente se salvou da "obscuridade de uma doutrina e de sua aplicação inaceitáveis" mencionada pelo Papa João Paulo II. É também por isso que tantos fiéis percorrem longas distâncias regularmente para participar da liturgia nos mosteiros.

Isso pode também impor aos mosteiros e ordens monásticas a tarefa particular nos próximos anos de servir à Igreja no campo da formação litúrgica, revivendo o espírito da liturgia tradicional como foi admiravelmente expressado pelos pioneiros do Movimento Litúrgico do século XX: **Lambert Beauduin**, Romano Guardini, Odo Casel, Pius Parch e outros. A obra desses pioneiros não consiste simplesmente em *"documentos históricos importantes que nos mostram onde estávamos há cinquenta ou oitenta anos"*, como foi recentemente afirmado. Eles conservam – e mesmo comportam – uma modernidade, uma atualização, um sentido do que devemos ser hoje em relação à nossa abordagem da liturgia sagrada, independentemente do rito. Desafio qualquer cético que leia os escritos desses autores, começando pelo mais curto, o pequeno livro de Guardini *Os Sinais Sagrados*, a afirmar que eles não podem servir de guia para a vida litúrgica e o renovo atual.

Um aspecto fundamental desse renovo é a recuperação na Liturgia Sagrada da verdadeira natureza da participação ativa. Aqui, o aspecto contemplativo pode desempenhar seu papel, pois a participação ativa – ou mais precisamente, atual – na Liturgia é essencialmente contemplativa. Romano Guardini descobriu esse significado durante a Vigília Pascal na basílica de Monreale em 1929:

A cerimônia sagrada durou mais de quatro horas, mas a participação permanecia sempre viva. Existem diferentes modos de participar piedosamente. Um consiste em ouvir, falar, expressar-se por gestos. Mas o outro reside na contemplação. O primeiro modo é bom em si mesmo, e nós europeus do Norte não conhecemos outros. Mas perdemos algo que ainda estava em Monreale: a capacidade de viver pelo olhar, de se confiar a essa visão, para receber pela contemplação o Sagrado conforme ele é formulado.

Se esse aspecto contemplativo da participação na Liturgia puder renascer, certamente teremos avançado significativamente por meio da formação litúrgica e da celebração correta da Liturgia moderna.

O segundo domínio, um momento um tanto controverso[18] do futuro renovo e da reforma que foi sugerido pelo Cardeal Ratzinger, é a proposta de celebrar livremente nos ritos pré-conciliares. Geoffrey Wainwright e Karen Westerfield Tucker observaram no novo *Oxford History of Christian Worship* que:

A vontade de adotar formas idiomáticas e tecnológicas a partir da cultura popular [na Liturgia] pode ter um certo preço; e alguns retornaram a formas mais "tradicionais" para redar um sentido de mistério perdido em uma época de comunicação instantânea.

Sem dúvida, o número crescente de católicos, especialmente jovens, que assistem regularmente à missa seguindo a Liturgia pré-conciliar age assim, sentindo-se frustrados com uma Liturgia sagrada, teocêntrica, que envolve a transcendência. Em certa medida, pode-se então argumentar que uma celebração correta e mais tradicional dos ritos modernos satisfaria essa necessidade.

No entanto, há outros argumentos significativos em favor da celebração dos antigos ritos. De acordo com o princípio teológico *Lex orandi, lex credendi*, a tradição litúrgica objetiva (em seus ritos e orações e até mesmo em sua disposição e atitudes – todas compreendidas como um todo orgânico) tal como é recebida, é de extrema importância para a ortodoxia e o saudável costume

pastoral da Igreja. Claro, essa objetividade não exclui de maneira alguma o desenvolvimento proporcional da Liturgia Sagrada, como aconteceu na história e como foi reclamado pelo Concílio Vaticano II.

No entanto, os ritos litúrgicos, frutos do *Consilium* pós-conciliar, não podem ser qualificados como desenvolvimentos orgânicos proporcionais à tradição litúrgica objetiva tal como foi recebida "na submissão à fé e por respeito religioso ao mistério da liturgia", conforme mencionado no parágrafo 1125 do *Catecismo da Igreja Católica*. O livro do arcebispo Bugnini fornece amplas provas da criação dos novos ritos por liturgistas alinhados a princípios ideológicos. O trabalho de outros especialistas demonstra claramente, por exemplo, as ideologias ativas na reforma das coletas e das orações de pós-comunhão do Missal de Paulo VI.

Assim, o rito litúrgico em uso em 1962 – embora possa realmente ser melhorado, como o Concílio viu – integra-se à tradição litúrgica e teológica. Ele permite aos fiéis ter um acesso natural a essa tradição, e o uso que dela se faz é uma proteção contra qualquer subjetividade litúrgica e teológica e contra as ideologias que podem ser encontradas no novo ritual.

Há aqueles que não aceitam este argumento, talvez por obediência às reformas que se seguiram ao Concílio. No entanto, o Papa João Paulo II permitiu a reintrodução desse ritual, e seu sucessor é totalmente sincero em querer que ele seja celebrado sem restrições. **Neste ponto, podemos especular que um *Motu proprio* do papa Bento XVI logo tornará isso efetivo. Qualquer que seja nossa posição, parece que a Igreja, em sua sabedoria, permitirá novamente uma pluralidade de usos no rito Romano.** Isso certamente foi o caso durante longos anos em sua história e, deixando de lado toda polêmica, parece não haver motivo para que não seja mais uma vez assim no futuro. Afinal, deveríamos, no século XXI, gastar nossa energia para proibir as pessoas de adorar o Deus todo-poderoso da maneira que foi honrada na Igreja por séculos?

Pouco após o Concílio, o notável liturgista alemão Klaus Gamber escrevia:

Certamente seria um enriquecimento para a Igreja se as formas da liturgia em uso até agora, considerando sua beleza e antiguidade, pudessem continuar a ser cultivadas no futuro, sem qualquer mudança, pelo menos em alguns lugares, como catedrais e certos mosteiros, entre os quais os beneditinos.

Um certo número de comunidades beneditinas de monges e monjas na França e até mesmo nos Estados Unidos já o fizeram, com um sucesso notável, dado o número de vocações que suscitam. Até agora, embora muitos mosteiros ingleses tenham acolhido favoravelmente a celebração ocasional e, às vezes, até regular da liturgia tradicional, nenhum mosteiro das ilhas britânicas teve coragem de considerar essa possibilidade, embora o desejo seja real. Isso pode ser uma outra maneira para a comunidade monástica contribuir no futuro para o renovo litúrgico e eclesiástico.

O terceiro domínio de discussão de princípio sobre o atual renovo litúrgico é a proposta, ou melhor, "as propostas" para uma reforma da reforma pós-conciliar. Elas são baseadas em duas convicções: primeiro, que os ritos estabelecidos pelo Papa Paulo VI não são os desenvolvimentos orgânicos exigidos pelo Concílio, e segundo, que a reforma atualmente reclamadora pelo Concílio deve ser implementada, "corrigindo" assim o ritual moderno.

Usei anteriormente a palavra “proposta” no plural porque, se um certo número de liturgistas e especialistas concordam sobre a necessidade de uma reforma da reforma, há diferentes propostas específicas dependendo do que isso pode implicar. Desde 1995, *Adoremus, uma “sociedade para o renovo da Liturgia Sagrada,”* fundada entre outros pelo Padre Joseph Fessio SJ, tem contribuído para o debate sobre esse tema. Em 2003, o Padre Thomas Kocic publicou um livro intitulado *A reforma da reforma? Um debate litúrgico: reformar ou rejeitar*, que contém um estudo detalhado do *status questionis* com a contribuição do **Padre Aidan Nichols** OP, Monsenhor Peter Elliot, o Padre Brian Harrison e outros... eu recomendo essa obra.

As propostas incluem um amplo uso do latim, o Canon romano voltando a ser o único canon da missa do rito romano, a substituição das orações habituais do ofertório por aquelas que possuem uma clara teologia sacrificatória, o retorno das orações próprias a cada missa em sua forma primitiva, o silêncio na Liturgia, a revalorização dos gestos realizados conforme o ritual da missa que haviam sido abolidos, e finalmente, o retorno ao antigo uso cristão do sacerdote e dos fiéis voltados para o leste, o que agora chamamos de liturgia da Eucaristia. Cada proposta gerará muitas discussões e, por fim, nosso atual Santo Padre ou um de seus sucessores deverá decidir se há necessidade de dar seguimento às mencionadas propostas. É certo que cada uma delas deve contribuir para o renovo em nosso culto de um espírito litúrgico bem claramente católico.

Uma em particular à qual subscrevo seria o exemplo típico, a saber: o retorno *ad Orientem* da celebração da missa na liturgia da Eucaristia. Esse uso (que destrói instantaneamente o idioma uniformemente aceito que se introduziu em nossa psicologia do culto e reafirma os aspectos teocêntricos essenciais e contemplativos do culto católico) é permitido pelos livros litúrgicos modernos e não requer qualquer autorização nem a adoção no futuro de uma reforma oficial. Pode ser (e de fato é) aplicado com proveito junto ao ritual vernáculo moderno. Levaria a sério, desafio você a vê-lo como uma real possibilidade de renovo litúrgico e de reforma no século XXI. A esse respeito, recomendo fortemente o recente estudo do Padre Michael Lang sobre essa questão – prefaciado pelo Cardeal Ratzinger – *Voltados para o Senhor: A Orientação na Oração Litúrgica*.

Considerações especificamente monásticas

Além dessas generalidades, gostaria de abordar dois pontos de vista especificamente monásticos. O primeiro é a celebração do culto divino nos mosteiros. Após o Concílio, os mosteiros realizaram diversas reformas em sua vida religiosa. É interessante ler no *Ampleforth Journal* do verão de 1968, sob o título “Notas de uma Comunidade”, que:

“Para se conformar às necessidades modernas e ao modo de vida do século XX... nós abandonamos mais ou menos inconscientemente a tradição beneditina para uma tradição muito mais antiga cujas raízes se aprofundam no Antigo Testamento e na Igreja primitiva...”

Assim, embora tenhamos abandonado uma prática beneditina venerada desde o século VI, na verdade não estamos renunciando a tudo nessa prática, mas estamos retornando, na verdade, a um costume mais venerável e muito mais universal da Igreja primitiva.

“Ao passar do Latim para nossa língua materna em uma parte do Ofício, estamos agindo da mesma forma: essas mudanças são, de certo modo, reversíveis.”

Não cabe a nós julgar o bom Abade e os monges de Ampleforth naquela época, e, além disso, a congregação beneditina inglesa recebeu em 1967 um rescrito da Santa Sé autorizando tal experimentação. Porém, uma pergunta se impõe: será que isso é um exemplo do arcaísmo do qual falava o jovem Joseph Ratzinger em 1966?

Se estamos falando de uma reforma da reforma, talvez devêssemos considerar se o ofício, tal como é celebrado nos mosteiros hoje, necessita de uma reforma e um renovo para retomar elementos que foram abandonados e que, talvez, não deveriam ter sido. Pode ser que seja hora de nos debruçarmos novamente sobre o *Thesaurus Liturgiae Horarum Monasticae* de 1977 e sobre aqueles que o sucederam? Para isso, talvez devêssemos usar a "hermenêutica de continuidade."

Em respeito ao ofício monástico, essa hermenêutica foi enunciada pelo Papa Paulo VI em seu discurso ao Congresso dos Padres Abades em 1966, onde declarou que sua Carta *Sacrificium Laudis* de 15 de agosto de 1966 era uma tentativa para "salvaguardar sua antiga tradição e proteger seu tesouro de cultura e espiritualidade." *Sacrificium Laudis* advertia:

"Se você extinguir a linguagem que transcende as fronteiras naturais e possui um maravilhoso poder espiritual, assim como a música que sobe do mais profundo da alma onde reside a fé e onde arde a caridade – isto é, o canto gregoriano – o ofício coral se tornará como uma vela apagada, não espalhará mais luz, não atrairá mais os olhares nem a mente dos fiéis."

Sacrificium Laudis continua:

A Igreja introduziu a língua vernácula na Liturgia para fins pastorais, em outras palavras, para aqueles que não conhecem o latim. A mesma Igreja permite que você mantenha a dignidade tradicional, a beleza e a seriedade do ofício coral tanto em sua linguagem quanto em seu canto.

Esses comentários um tanto provocadores de Paulo VI deveriam ser revisados. Certamente, muitas comunidades adaptaram o ofício às diferentes obras apostólicas e, para elas, uma obrigação de canto plain chant seria impossível. Mas esses ofícios cantados não refletem, talvez, os valores que Paulo VI buscava proteger? Eles servem para "a união de cada um de nós com Deus", que é o objetivo do canto coral. Pode ser que seja hora de retomar a antiga tradição do ofício beneditino, de cantar novamente esses magníficos salmos do Laudate todas as manhãs – um paradigma da vocação monástica em todas as suas formas? Também pode ser que seja hora de descobrir o valor do livro de horas como estabelecido na Santa Regra de São Bento?

A segunda consideração monástica sobre a qual gostaria de fazer um breve comentário diz respeito à missa conventual. Os cinco artigos relacionados à missa conventual e o resultado da concelebração relatado na *The Downside Review*, publicado entre 1966 e 1972, destacam sua importância nas comunidades monásticas nos anos de reforma que se seguiram ao Concílio. Dom Gregory Murray expôs em grandes traços a nova visão da missa conventual:

Difícil encontrar uma manifestação mais perfeita da unidade espiritual que governa a comunidade: a total participação de todos no santo Sacrifício, que atinge seu ápice no momento da Eucaristia. Há algo mais inspirador para uma comunidade do que se unir em uma comunhão geral na missa conventual de cada dia?

A isso, gostaria de adicionar uma outra consideração. A missa conventual – com sua diversidade de ministérios litúrgicos, sua solenidade natural e sua beleza, o canto de seus cânticos, especialmente por seu aspecto de lentidão contemplativa – tem muito a oferecer à Igreja de hoje como paradigma da celebração litúrgica (independentemente do rito em vigor). Pois na missa conventual pode-se alcançar e sentir esse espírito litúrgico que se encontraria com muita dificuldade na maneira superficial como muitas vezes a missa é celebrada. Ao manter esse espírito vivo, os mosteiros fazem muito para ajudar a futura reforma litúrgica e seu renovo.

Conclusão

Em julho de 2001, uma conferência litúrgica por iniciativa do Cardeal Ratzinger foi realizada na abadia de Fontgombault, na França, para dar continuidade à discussão sobre a questão da liturgia. Seu conteúdo abrange os três domínios de reforma possível dos quais falamos e demonstramos seu valor. Um tradicionalista francês (em comunhão com a Santa Sé) publicou um livro: *Além do Vaticano II? A Igreja em um novo cruzamento de caminhos* que proclama que:

"Quarenta anos após o término do Concílio Vaticano II, a ascensão de Bento XVI ao trono Pontifício inaugura, nolens volens, uma fase de transição para a Igreja, ou seja, um processo de saída do estado atípico no qual esse Concílio a havia colocado."

Para Barthe, é mais do que Liturgia a que se refere – embora ele certamente a tenha incluído – e, no entanto, ele não é um entusiasta do Concílio. Estejamos ou não de acordo com sua análise, eu penso que devemos reconhecer – especialmente em relação à Liturgia – que a Igreja se encontra hoje em um novo cruzamento de caminhos e que, em muitos aspectos, a reforma e o renovo litúrgicos vão simplesmente além do que se seguiu ao Vaticano II.

É possível que essa transição nos conduza a caminhos – aparentemente novos ou talvez já passados – que talvez não prefiramos ou sequer imaginemos. De qualquer forma, se o fizermos com fé, mantendo a caridade, além do amor e da fidelidade à grande tradição da Liturgia sagrada da Igreja, podemos nós mesmos trazer uma contribuição – por mais modesta que seja – a essa "verdadeira celebração da Liturgia Sagrada que é, de fato, o centro de todo renovo da Igreja."

---

[18] **Nota do Dr. Ried:** O indulto do Papa João Paulo II de 1984 que permitiu sua aplicação foi estigmatizado como

"a pior das traições desde Judas".

Veja as observações do Mestre das Cerimônias Litúrgicas do Soberano Pontífice, o arcebispo Piero Marini, em uma entrevista no site Affaritaliani.it no dia 20 de março de 2006: "o rito Tridentino ou aquele de São Pio V, que é na verdade o Missale Romanum atualizado conforme as últimas disposições de 1962 de João XXIII, foi conservado mediante certas condições para evitar um trauma para os fiéis mais idosos devido à transição do antigo rito para o novo. Subsequentemente, o papa Wojtyla permitiu que a missa de São Pio V pudesse ser celebrada em certas igrejas. Mas ir além seria para a Igreja ir mais longe, e isso não é possível. Se a Liturgia é a prova da unidade da Igreja, não posso admitir, por um lado, um grupo de fiéis que reza certos dias e a uma certa hora, e por outro lado, outro grupo que reza em outro momento, mas de maneira diferente."